

Funaro, eufórico, destaca prorrogação sem interferência do Fundo Monetário

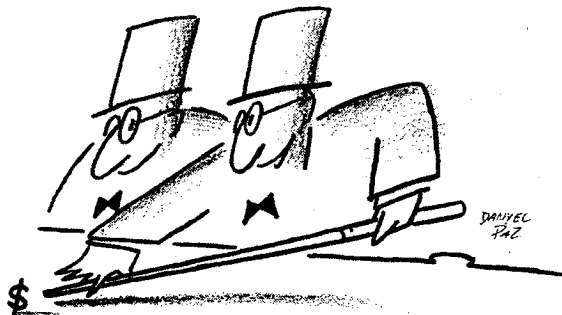
BRASÍLIA —

“Mais importante do que os prazos de prorrogação dos créditos foi o fato de o Brasil ser o primeiro país a conseguir firmar um acordo com os bancos credores sem um acordo formal com o Fundo Monetário Internacional. Isso acabou”. Com essas palavras, o Ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, deixou transparecer sua satisfação ao anunciar ontem, às 21h20m, o acordo acertado uma hora antes com os banqueiros em Nova Iorque. Apesar de não ter sido fechado ontem, Funaro tem informações de Bracher de que tudo será solucionado hoje.

O acordo sem ter que se submeter ao FMI e a prorrogação por um ano dos créditos de curto prazo foi considerado uma grande vitória pela equipe de Funaro, que desceu com ele o edifício do Ministério da Fazenda após a confirmação do desfecho das negociações. Segundo um de seus colaboradores, “as negociações foram duríssimas e as pressões dos banqueiros para que o Brasil recorresse ao FMI foram quase irresistíveis”.

O prazo de um ano na prorrogação dos créditos de curto prazo foi uma vitória que surpreendeu os próprios assessores de Funaro. O Presidente do Banco Central, Fernão Bracher, viajou para Nova York com a proposta de prorrogação de dois anos, mais como uma postura na abertura das negociações. Na realidade, uma prorrogação por seis meses já seria aceitável, pois os banqueiros, até os últimos momentos nas negociações de ontem, insistiam no prazo de 90 dias.

O Ministro da Fazenda comunicou o acordo com os banqueiros ao Presidente José Sarney por volta das 20



horas. Indagado se o Presidente havia lhe cumprimentado pelo desfecho das negociações, não conteve um leve sorriso e nada respondeu.

O Ministro da Fazenda não poupou elogios ao Presidente do Banco Central, Fernão Bracher, “que teve um desempenho fantástico, dentro de uma negociação muito exaustiva, mas encaminhada com muita eficiência”.

Funaro explicou que, com a prorrogação dos créditos de curto prazo por um ano e a rolagem da dívida vencida em 85 e a que está vencendo em 86, o Brasil só voltará a discutir com os banqueiros no princípio do ano que vem. A prorrogação começa a partir de março, porque depende da assinatura da rolagem da dívida de 85 e 86, em fase de acertos finais, mais de caráter formal, demandando ainda 45 dias de prazo. Para a dívida de US\$ 6,5 bilhões vencida em 85 foi acertado um prazo de sete anos, com cinco de carência; para a dívida de US\$ 9 bilhões a vencer este ano, a questão do prazo será discutida no início do ano que vem.

A questão da taxa de risco (spread), que em alguns financiamentos chega até a 2,2 por cento, está sendo discutida ainda neste fim de semana por Bracher. Funaro disse que o Brasil insiste na redução dessa taxa e negocia também para que sobre todos os empréstimos seja incidida a libor (taxa interbancária de Londres), normalmente abaixo da prime rate (a taxa norte-americana).